

**A Teoria do Capital Humano e as políticas de correção de fluxo:
um recorte educacional da Amazônia Rondoniense**

*The Theory of Human Capital and flow correction policies:
an educational cut of the Rondonian Amazon*

*La Teoría del Capital Humano y las políticas de corrección de flujos:
un recorte educativo sobre la Amazonía Rondoniana*

Juliana Cândido Matias¹
Secretaria Estadual de Educação de Rondônia

Josemir Almeida Barros²
Universidade Federal de Rondônia

Resumo: A pesquisa objetivou compreender a relação entre políticas de correção de fluxo e a Teoria do Capital Humano a partir da distorção idade-série na região norte do Brasil. Entre as indagações destaca-se: quais os contextos da distorção idade-série na Amazônia rondoniense? Em termos metodológico, utilizou-se pesquisa bibliográfica e documentos oficiais e estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio (Inep), Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Identificou-se potencial influência entre a Teoria do Capital Humano de Theodore Schultz (1966) e as políticas educacionais de correção de fluxo implementadas no Brasil desde a década de 1970 na Amazônia rondoniense.

Palavras-chave: Teoria do Capital Humano. Políticas de correção de fluxo. Distorção idade-série. Amazônia rondoniense. Escolas rurais.

Abstract: The research aimed to understand the relationship between flow correction policies and the Human Capital Theory from the age-grade distortion in the northern region of Brazil. Between the questions, stands out: what are the contexts of age-grade distortion in the Rondonia Amazon? In methodological terms, bibliographic research and official and statistical documents from the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio (Inep), Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) and Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) were used. A potential influence was identified among Theodore Schultz's Theory of Human Capital (1966) and the flow correction educational policies implemented in Brazil since the 1970s in the Amazon region of Rondônia.

Keywords: Human Capital Theory. Flow correction policies. Age-grade distortion. Rondonian Amazon. Rural schools.

¹Mestra em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia (PPGE/UNIR). Professora da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/RO), Rolim de Moura, RO, Brasil. E-mail: juhmatias.rm@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2959884192962169>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8573-6724>.

²Doutor em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE/UFU). Professor, Pesquisador e Extensionista da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Porto Velho, RO, Brasil. E-mail: josemir.barros@unir.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3625890466420467>; ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2687-6575>.

Resumen: La investigación tuvo como objetivo comprender la relación entre las políticas de corrección de flujo y la Teoría del Capital Humano a partir de la distorsión edad-grado en la región norte de Brasil. Entre las indagaciones se destacan las siguientes: ¿cuáles son los contextos de distorsión de edad-grado en la región de la Amazonía Rondoniana? En términos metodológicos, se utilizaron investigaciones bibliográficas y documentos oficiales y estadísticos del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio (Inep), Sistema de Evaluación de la Educación Básica (Saeb) e Índice de Desarrollo de la Educación Básica (Ideb). Se identificó una influencia potencial entre la Teoría del Capital Humano de Theodore Schultz (1966) y las políticas educativas de corrección de flujo implementadas en Brasil desde la década de 1970 en la región amazónica de Rondônia.

Palabras clave: Teoría del Capital Humano. Políticas de corrección de flujo. Distorsión edad-grado. Amazonía Rondoniana. Escuelas rurales.

Recebido em: 25 de nov. de 2021

Aceito em: 13 de jan. de 2022

Introdução

Parte dos estudantes da Educação Básica das escolas públicas brasileiras repetem sucessivamente o mesmo ano escolar, gerando um alto índice do que se conhece no Brasil por distorção idade-série, uma realidade escolar brasileira de longa data, entretanto, algumas regiões no Brasil, a exemplo do Norte, a distorção idade-série é recorrente e demasiadamente preocupante. As análises e considerações apresentadas, no presente manuscrito, acerca da temática, compõem a pesquisa de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Outrossim, esta realidade educacional do tempo presente, corresponde a importante indício que suscita pesquisas sobre os possíveis fatores que levam ao fracasso escolar, fomentadas principalmente a partir da publicação do documento Coleman Report (1966). Os dados contidos no relatório enfatizaram a intrínseca relação entre economia e educação, no que se refere a defasagem idade-escolaridade, observando-se aproximações com a Teoria do Capital Humano de Theodore Schultz, publicada também na década de 1960, em que discorre sobre como o investimento educacional está atrelado à capacitação da/para força de trabalho, gerando amplo debate político em todo o mundo, uma vez que a permanência prolongada dos estudantes em escolas públicas, resultam em gastos extras para as administrações pública, e um adiamento da oferta da força de trabalho para o mercado econômico.

Deste modo, a defasagem idade-série passou a ser tratada no cenário brasileiro com mais evidência pelas políticas educacionais propostas pelo Tecnicismo da década de 1970 e posteriormente, mediadas por programas de correção de fluxo, fomentados por organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial (*World Bank*), a partir da Conferência Mundial sobre Educação para todos, no início da década de 1990, como corroboram Matias e Barros (2019).

Se por um lado existe a insatisfação do Estado na permanência prolongada dos estudantes no sistema educacional, por outro o mercado urge por mão de obra com alguma instrução para que a produção de mercadorias ocorra satisfatoriamente aos interesses mercadológicos, e com a distorção idade-série esta conta não fecha, motivo pelo qual os países emergentes, como o Brasil na década de 1990, tiveram amplo financiamento para a implantação de Políticas de Correção de Fluxo (PCF), conhecidos como: Ciclo Básico da Alfabetização (CBA), Bloco Pedagógico (BP), Correção da Distorção Idade-Série (CDIS), entre outros, inclusive promovidos por instituições privadas com financiamentos públicos, como os projetos Se Liga e Acelera, já nas últimas décadas, ambos do instituto Ayrton Sena, que vigoram até os dias de hoje.

Assim, com o objetivo de compreender a relação entre as Políticas de Correção de Fluxo e a Teoria do Capital Humano, utilizamos de pesquisa documental, a exemplo de fontes oficiais, matérias bibliográficas bem como os dados estatísticos.

Pesquisa realizada por Matias (2019)³, a partir de dados levantados por meio de fontes documentais e entrevistas semiestruturadas, reforçam a intrínseca relação entre as turmas de correção de fluxo e a alteração dos índices do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

As turmas das classes de “aceleração da aprendizagem” não somam à aritmética dos pontos que levam a nota do SAEB; os estudantes destas turmas não realizam as provas externas juntamente com os demais estudantes da escola, gerando uma falha na pontuação final do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o que pode ser confirmado pelos dados das avaliações do *Programme for International Student Assessment* (PISA).

Contextos da distorção idade-série na Amazônia rondoniense

O território rondoniense foi formado por fluxos migratórios fomentados pelos governos brasileiros vigentes, tendo o seu último e principal fluxo iniciado na década de

³Publicado com o título: Uma análise do contexto de formação do PNAIC na rede estadual de ensino em Rolim e Moura/RO. Ver em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8655268/26611>.

1970 pelo então presidente militar Emílio Garrastazu Médici⁴, que, seguindo uma política estratégica de ocupação amazônica com o lema “integrar para não entregar”, implementou incentivos agrários pela distribuição de terras, aos imigrantes que vieram principalmente das regiões Sul e Nordeste; localidades com maiores dificuldades socioeconômicas à época e que viram na campanha nacional de integração a possibilidade de melhores condições de subsistência para suas famílias, deste modo, vinham com o compromisso de desmatar, plantar, ocupar a qualquer custo.

Na década de 1970, a descoberta de grandes manchas de terras férteis provocou o intenso fluxo migratório dirigido ao então Território Federal de Rondônia e torna a agricultura a alternativa viável. O processo de ocupação humana de Rondônia ligado ao Ciclo da Agricultura foi executado pelo INCRA, inicialmente, através dos Projetos Integrados de Colonização, PIC e dos Projetos de Assentamento Dirigido, PAD, estrategicamente criados para cumprir a política destinada à ocupação da Amazônia rondoniense. (AMARAL, 2012, p. 100).

Destarte, foi neste cenário de ocupação e disputa territorial, que persiste até o tempo presente, que as escolas rurais foram abertas pelos próprios colonos em suas terras ou sítios, em acordos coletivos entre os trabalhadores recém-chegados e as administrações públicas. A educação não era a prioridade diante do projeto de colonização, um dos exemplos corresponde ao significativo número de professores e professoras leigos e leigas que construíram as próprias escolas: salas e aula; espaços precários, onde circulava a ideia de instruir crianças e jovens na localidade recém habitada.

A partir da ideia de melhor equacionar a situação social no país, foi trazido à baila um antigo plano de ocupação e colonização dos ‘vazios’ demográficos da Amazônia. Lima (2020, p. 58) afirma que o Governo realizou um forte trabalho de propaganda nas várias regiões brasileiras a fim de atrair migrantes para o Norte e que ‘as propagandas surtiram efeito visto que a população de Rondônia expandiu de forma exorbitante’. (BARROS, *et al.*, 2020).

A proposta de colonizar os vazios demográficos de algum modo forçou os novos moradores colonos a assumirem a sala de aula, e a fazer de tudo, na maioria eram mulheres e crianças que estavam dispostas a assumirem a sala de aula na condição de professoras leigas, diretoras, merendeiras, zeladoras, ou seja, as professoras rurais no enfrentamento de toda sorte de precariedade. Uma realidade que ainda se faz presente em localidades da Amazônia por diversos motivos, entre os quais asseveramos a completa desassistência das administrações públicas e/ou ausências de políticas específicas para escolas rurais e/ou ribeirinhas.

⁴ O governo do Presidente Médici, conhecido como Milito, foi o mais violento do período da ditadura militar que perdurou de 1964 a 1985 no Brasil.

Diversos eram e são os problemas, desde a precária estrutura física das escolas rurais de uma sala só, até a multifuncionalidade de professoras e professoras, para que os filhos e filhas das comunidades tivessem acesso à educação.

O modelo de escola instituído em terras rondonienses se destaca pelas ausências de parâmetros técnico-científicos e sobretudo fragilidade das políticas públicas sociais, embora em alguns momentos haja esforço do poder público para mapear parte das características da população e do próprio território/estado em questão. (BARROS *et al.*, 2021, p. 21).

Este breve percurso histórico, como mencionado, não se distancia do tempo presente e da realidade atual da escolarização em localidades rurais no estado de Rondônia, embora a polarização – escolas polo, tenha alterado em parte a infraestrutura de algumas escolas rurais situadas no contexto amazônico, mas dificultado o acesso de crianças e jovens que residem em linhas ou sítios distantes.

Ao percorremos o rio Baixo Madeira, é possível constatar que ainda há diversas comunidades rurais ribeirinhas com escolas de uma única sala. As escolas compõem a realidade das turmas multisseriadas e professores/as leigos/as, e em alguns casos o transporte é feito pelo rio sem supervisão de adultos, por meio de embarcações - rabetas pilotadas por barqueiros ou até mesmo em pequenas canoas conduzidas por crianças ou seus familiares. Outras embarcações também são utilizadas à medida que a administração pública de Porto Velho concede combustível, algo raro. Em sua maioria são embarcações sem proteção nas laterais, as maiores comportam em torno de 20 crianças e não possuem monitor para auxiliar nas travessias dos rios, subidas e descidas de barrancos.

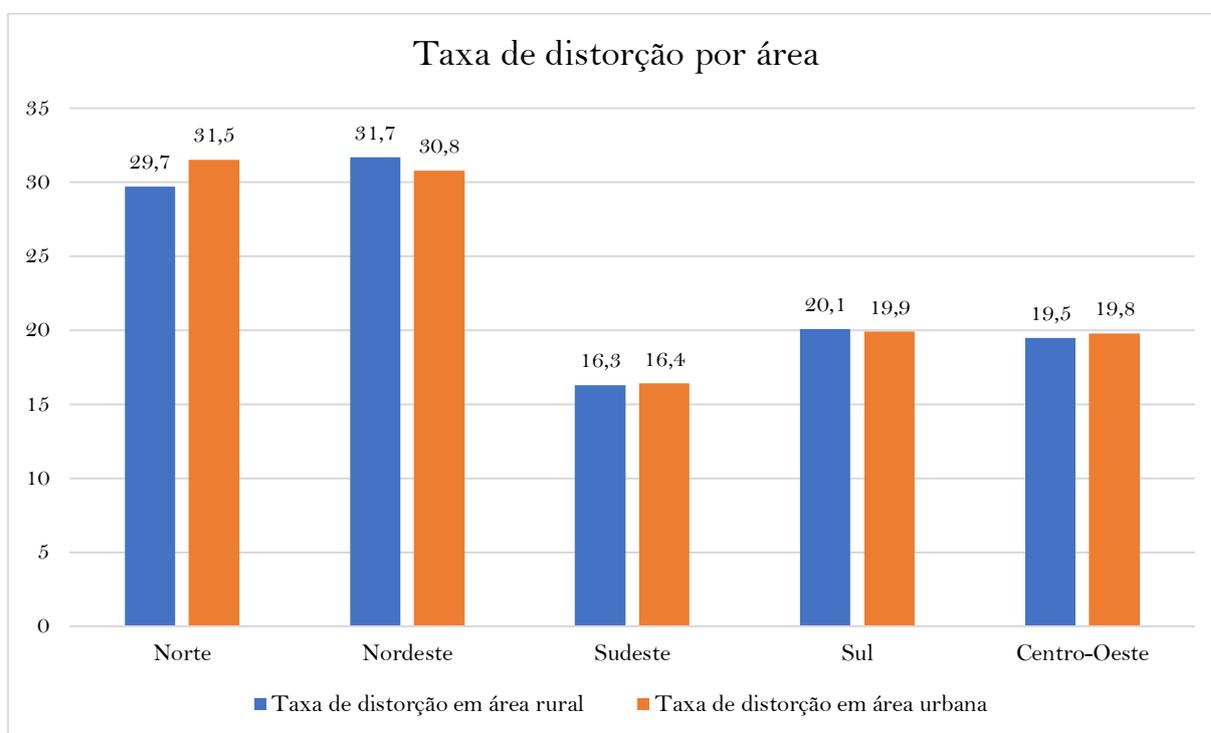
Relembramos que ao tratarmos do público rural ribeirinho de acordo com Barros *et al.* (2021, p. 21): “alunos oriundos de classes populares no meio rural continuam a experimentar diversas dificuldades para acessar e permanecer em escolas rurais”. E é a partir desta conjuntura construída historicamente, que os índices de distorção idade-série em alunos/as de localidades rurais e/ou ribeirinhas da Amazônia rondoniense são significativos, se comparados a outras localidades e regiões do país.

O Anuário Brasileiro da Educação Básica (2020) trouxe dados que endossam a disparidade histórica do desempenho dos estudantes da região Norte em comparação ao Sul, Sudeste e Centro-Oeste, pois os dados evidenciam que a escolarização do Ensino Fundamental - Anos Finais -, tem um potencial agravante se comparando aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em que 18,4% dos estudantes atingiram a média esperada pelo SAEB (2017), ao passo em que no Ensino Fundamental Anos Finais, somente 13,6%

alcançaram a média em Língua Portuguesa, seguindo a mesma equação nas demais áreas do conhecimento avaliadas pelo SAEB (2017).

Os dados divulgados pelo Ministério da Educação/MEC, mostram uma realidade preocupante, motivo pelo qual também estampou recentemente a capa do documento internacional publicado pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) no ano de 2018, com o título: Panorama da distorção idade-série no Brasil, em que faz uma abordagem detalhada da triste situação, e reafirmam os dados oficiais brasileiros, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Dados da taxa de distorção idade-série no Brasil por área e região.



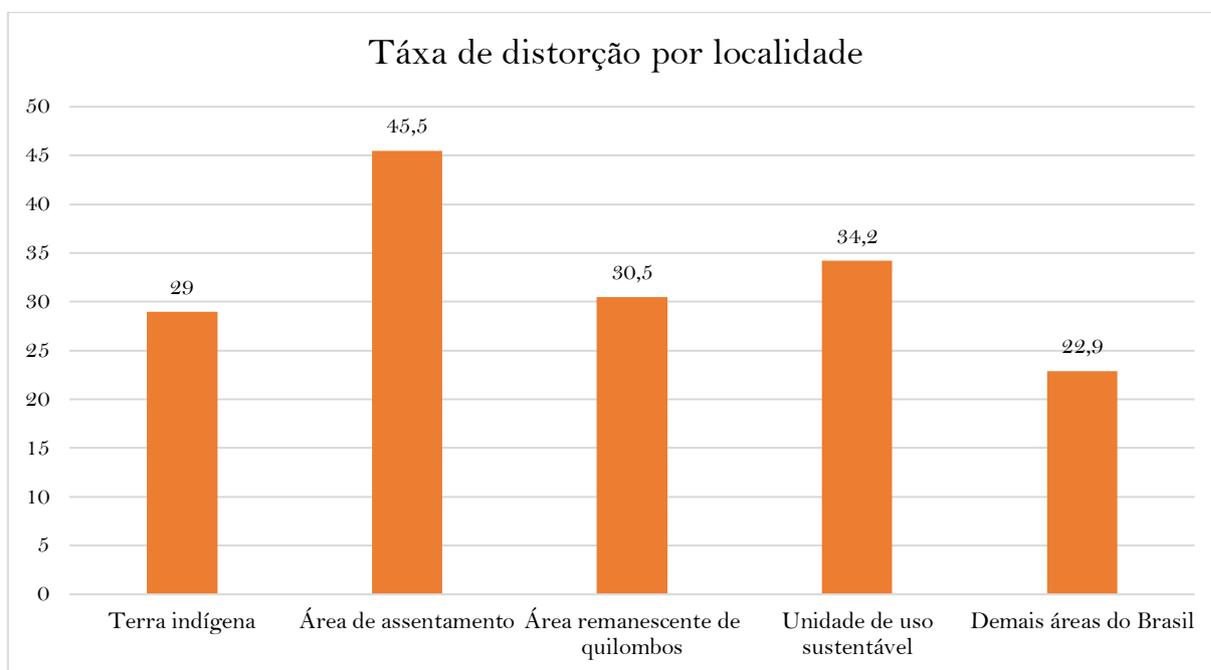
Fonte: Elaborado pelos autores a partir do documento: Panorama da distorção idade-série no Brasil (UNICEF, 2018).

Os índices apresentados no gráfico evidenciam que a distorção idade série no Brasil é maior nas regiões: Norte e Nordeste em comparação ao Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Realidade que compõem herança histórica a partir da falta de investimentos públicos, especificamente sobre a educação em áreas rurais.

O acesso e a permanência de crianças e jovens nas escolas é algo relevante, porém ainda limitado, realidade agravada nas regiões Norte e Nordeste brasileiras. Deste modo a distorção idade série está vinculada às localidades predominantemente rurais, habitadas por povos tradicionais, quilombolas e assentados.

Abaixo outro gráfico detalhado a partir de levantamento realizado em dados estatísticos do INPEP (2017) e reforçado pela UNICEF.

Gráfico 2 – Dados da taxa de distorção idade-série no Brasil por localização.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do documento: Panorama da distorção idade-série no Brasil (UNICEF, 2018).

No gráfico 2 pode-se evidenciar a fragilidade de ações educacionais no processo de garantias para a escolaridade à crianças, jovens e adultos em áreas de disputa territoriais, frutos das relações de poder que historicamente se impõem na região Norte.

A região é habitada por homens, mulheres, jovens e crianças que resistem a violência sistemática em suas localidades, o que reflete claramente em seus índices de distorção idade-série dos estudantes que ali vivem. Considerando este contexto histórico, político e educacional da distorção idade-série no Brasil, em destaque a Amazônia rondoniense, há políticas públicas educacionais para o enfrentamento desta realidade.

A Teoria do Capital Humano: das políticas de correção de fluxo à mediação tecnológica ribeirinha rondoniense

Atendendo a uma solicitação do congresso americano nos anos de 1960, James Coleman publicou, com base em um detalhado levantamento, o documento que ficou conhecido como Coleman Report (1966). Este relatório se tonou a principal referência política e educacional recente, publicada por uma potência econômica mundial, a

relacionar fatores sociais e econômicos diante das sucessivas reprovações escolares nas escolas públicas, se constituindo um marco para a implementação de políticas educacionais capitalistas futuras, como os programas de correção de fluxo, que iniciaram em terras americanas pelos programas de Educação para Jovens e Adultos, para tentar diminuir seus índices de distorção idade-série, ao passo em que buscavam enxugar os gastos com a escolarização pública.

As ações educacionais propostas, a exemplo da Educação de Jovens e Adultos, a EJA, baseadas no Coleman Report (1966), evidenciaram relações educacionais estritamente capitalistas e foram fortalecidas com a publicação da tese de Theodore Schultz (1967) que endossa a relação entre educação e preparação para o mundo do trabalho pelo viés do mercado, compreendendo a educação escolar pública como um investimento do Estado, ao qual o indivíduo precise devolver em produção por meio do trabalho. A tese foi intitulada por Schultz como: Teoria do Capital Humano.

A partir de então, as políticas educacionais de correção de fluxo, amparadas no Coleman Report (1966) e na Teoria do Capital Humano (1967), serviram de parâmetro para países em desenvolvimento como o Brasil, que na década de 1970, seguindo os métodos e técnicas norte americano, difunde amplamente a política que ficou conhecida no Brasil como Tecnicista, baseada, estritamente, em formar mão de obra capaz de operar as máquinas das indústrias nacionais e multinacionais recém chegadas ao Brasil, em pleno regime militar, na intenção de que os estudantes da educação básica recebessem instrução escolar suficiente para se tornarem adultos produtivos para o sistema do mercado, diminuindo assim, drasticamente os investimentos nas Universidades públicas, já que não era interesse do Estado militarizado a consciência crítica fortalecida pelos cursos superiores, ao que Saviani acrescenta:

Aqui é o trabalhador que deve se adaptar ao processo de trabalho, já que este foi objetivado e organizado na forma parcelada. Nessas condições, o trabalhador ocupa seu posto na linha de montagem e executa determinada parcela do trabalho necessário para produzir determinados objetos. (SAVIANI, 1993, p. 23).

Destarte, as políticas públicas para a correção de fluxo de crianças, jovens e adultos em distorção idade-série no Brasil, amparados na Teoria do Capital Humano visando custo, verso benefício, tiveram continuidade com massivo financiamento de organismos internacionais, a saber Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), mediante acordo firmado na Conferência Mundial de Educação para Todos, na Tailândia e implementadas principalmente a partir da década de 1990, em que mostra total harmonia

com percurso que se iniciou ainda na década de 1960 nos Estados Unidos da América, e se tornou referência nos países subdesenvolvidos.

Com a implementação de políticas educacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1997) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), o Brasil consolidou uma proposta de educação objetivando estabelecer limites explícitos sobre seu referencial teórico e metodológico para servir como base ao trabalho pedagógico para todo o território nacional, em todas as regiões e sua diversidade, em um processo implícito de padronização curricular que abriu portas para novas propostas de políticas de correção de fluxo para crianças, jovens e adultos em situação de distorção idade-série (dois anos ou mais de reprovação escolar), como o Ciclo Básico de Alfabetização, Bloco Pedagógico (BP), que consistem na progressão automática da criança nos seus três primeiros anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais, implementado em todo o Brasil, o que garantiu também a melhora nos índices de avaliação interna brasileira.

O programa de Educação Para Jovens e Adultos na modalidade modular (provas) e presencial semestral, também foi uma maneira de garantir a correção do fluxo de estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.

Com as políticas de correção de fluxo em todos os segmentos da educação básica implementadas, uma outra maneira de garantir os baixos custos com estudantes em distorção idade-série e ainda garantir bons índices nas avaliações (SAEB) vinculadas ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEPE).

Conforme mostrado na pesquisa na ocasião do mestrado (MATIAS, 2019), foram os programas de iniciativa privada, a exemplo do instituto Ayrton Senna, que em Rondônia chegaram com os projetos Se Liga e Acelera, e que devido a não contabilização das crianças e jovens nessas turmas para “aceleração da aprendizagem”, na aritmética geral do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), é como se elas não existissem para o sistema, elevando os índices gerais do estado de Rondônia.

Levando-se em consideração o fato dos alunos destas turmas não somarem aos dados relevantes para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) devido não fazerem os exames⁵ aplicados pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP) e não fazerem parte da lista oficial de reprovações informada pelo Censo Escolar, essas turmas com alunos fora da faixa etária para turmas regulares são matriculadas nas classes de aceleração disponíveis para o Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II - os programas Acelera Brasil⁶ e Salto para o futuro, respectivamente no caso das redes estaduais no estado de Rondônia. (MATIAS, 2019, p. 218).

⁵ A exemplo da Provinha Brasil e Prova de Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA).

⁶ Financiado pelo Instituto Ayrton Senna.

Desta maneira, além das políticas de correção de fluxo citadas acima, que convenientemente melhoram seus índices do IDEB, a rede estadual de educação rondoniense aderiu ao programa chamado Mediação Tecnológica para os três anos do Ensino Médio, por meio da portaria 680/2016-GAB/SEDUC, que tinha o objetivo de atender inicialmente as escolas rurais e/ou de difícil acesso, mas que foi implantado em escolas periféricas urbanas gradativamente, sem o apoio estrutural adequado:

Art. 2º As escolas estaduais que não possuem espaço físico para a implantação e implementação do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica deverão estabelecer parceria com a rede municipal.

§ 1º As escolas que atenderem ao projeto por meio de salas anexas em escolas localizadas na área rural são denominadas de sede.

Art. 3º As aulas do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica serão realizadas pelo professor ministrante, transmitidas via satélite prioritariamente em tempo real, no estúdio localizado em Porto Velho - RO.

Parágrafo único. Poderão ser utilizadas teleaulas gravadas como recurso tecnológico de atendimento aos componentes curriculares, quando necessário. (RONDÔNIA, 2016, p. 1).

No programa de Mediação Tecnológica, as atividades que estão divididas em módulos, são ministradas de forma remota, ao passo em que há um professor presencial responsável por mediar as aulas, aplicar as avaliações, fazer os lançamentos no sistema de diário eletrônico, bem como oferecer recuperação em contra turno para os alunos que possam comparecer. O fato é que o professor presencial pode ser de qualquer área: Pedagogia, História, Educação Física, entre outros, enfim, este único professor ou professora é responsável por mediar as dúvidas de todos os alunos referentes a todas as áreas do conhecimento, sem haver, obviamente, formação para todas elas.

Neste caso, as escolas em localidades rurais, quilombolas de difícil acesso, que detêm o maior número de alunos em distorção idade-série, em destaque o estado de Rondônia, conforme os dados apresentados pelo Panorama da distorção idade-série do INEP (2017, 2019), UNESCO (2019) e Anuário Brasileiro da Educação Básica (2020), são as escolas/localidades que receberam o programa de Mediação Tecnológica no estado de Rondônia a partir de 2016, sem garantia de equipamentos, conforme previsto em portaria, e com um sistema de internet absolutamente precário, o que promove a reprodução histórica de políticas educacionais conforme apontam Barros; Matias (2018) e contribuem para a exclusão dos alunos de escolas rurais, quilombolas, e periféricas,

mantendo o *status quo* da secundarização da qualidade da educação pública para os filhos e filhas dos trabalhadores do campo, da terra, do rural.

Considerações

O tempo presente nos chama à ação de resistência pela permanência das crianças, jovens e adultos na escola, diante de ausências de políticas educacionais que minimizem ou sessem os desafios a partir das realidades de exclusão e abandono perpetuadas historicamente.

Em áreas de difícil acesso como as comunidades rurais, ribeirinhas, quilombolas, há destaques no que se refere a distorção idade-série no Brasil, grave situação que se mostra cada dia mais dependentes de programas de economia mista oriundos do terceiro setor, em um flerte aberto com a privatização de serviços educacionais que deveriam ser geridos pelo Estado. Surgem propostas padronizadas, na maioria das vezes, distante das realidades escolares plurais como a encontrada na Região Norte, sobretudo na região amazônica brasileira, conforme mencionaram Barros e Matias (2021).

Compreendemos como o contexto de distorção idade-série na Amazônia rondoniense está intimamente ligada ao seu processo histórico de ocupação territorial e às políticas de integração territorial promovidas pelo Estado brasileiro, com maior impacto a partir da década de 1970, na proporção em que notou-se profunda ausência de interesse na escolarização dos recém-chegados ao estado, migrantes em sua maioria da região Sul do país, tiveram que construir as primeiras escolas rurais com os próprios punhos, e até nos dias atuais enfrentam políticas educacionais reprodutivistas da exclusão histórica dos estudantes das localidades rurais, como o projeto de Mediação Tecnológica.

Foi possível identificar a potencial influência entre a Teoria do Capital Humano de Theodore Schultz e as ações de correção de fluxo implementadas no Brasil desde a década de 1970 até a atualidade, que vão desde políticas educacionais Tecnicistas, Educação de Jovens e Adultos, até políticas mais recentes como as turmas de “correção de fluxo”, que a partir dos anos 2000 do século XXI contam com financiamento de empresas privadas e de organizações não governamentais (ONGs), em uma nítida aliança do Estado com o terceiro setor, num percurso de primazia pelas pautas mercadológicas para a Educação brasileira, em destaque a Amazônia rondoniense.

Contudo, os dados oficiais coletados, demonstram que há explícito interesse em maquiar as realidades, prevalece a qualquer curso a não reprovação proporcionada pela Política de Correção de Fluxo no estado de Rondônia, região amazônica no Norte do Brasil, onde programas como o Ciclo Básico da Alfabetização, Se Liga e Acelera.

Propostas implementadas na rede pública estadual, fazendo com que os resultados obtidos na aritmética geral do IDEB não correspondem ao chão das escolas, uma vez que o Ciclo Básico da Alfabetização proporciona a aprovação compulsória até o terceiro ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, e as classes de Se Liga e Acelera subtraem os alunos em distorção idade-série da contabilidade final, havendo alteração dos dados oficiais do Ministério da Educação.

Referências

- AMARAL, N. F. G. do. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 25, p. 87-107, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37369>. Acesso em: 30 out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i1p87-107>.
- BARROS, Josemir Almeida; MATIAS, Juliana Cândido. Discursos de um presidente: políticas públicas e educação em tempos de pandemia. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 27, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/35310>. Acesso em: 18 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.37885/210504662>.
- BARROS *et al.* Escolas rurais na região amazônica: traços da política e administração pública em Rondônia. *Revista de Educação Pública*, Mato Grosso, v. 30, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/11754/9742>. Acesso em: 04 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.29286/rep.v30ijan/dez>.
- BARROS, Josemir Almeida *et al.* Memórias de professores e professoras rurais sobre o fazer docente em Rondônia, fins do século XX e início do XXI. *Educa - Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 7, n. 17, p.998-1024, 13 dez. 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/5548>. Acesso em: 24 ago. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.26568/2359-2087.2020.5548>.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020*. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/10/Anuario-Brasileiro-Educacao-Basica-2020-web-outubro.pdf>. Acesso em: 18 Ago. 2021.
- COLEMAN, James. *Equality of educational opportunity*: Institute of Education Sciences. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED012275>. Acesso em: 02 Ago. 2021.
- INEP. *Resultados e resumos*: resultados finais do censo escolar. 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- MATIAS, Juliana Cândido; BARROS, Josemir Almeida. As políticas sociais nos planos de governo dos presidentes 2018 no Brasil e a mídia. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 23, n. 1, p.339-355, 25 jul. 2019. Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/11923>. Acesso em: 18 ago. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v23n1p339-355>.

MATIAS, Juliana Cândido. *As contribuições do PNAIC para a prática educacional na rede estadual de ensino de Rolim de Moura-RO: a perspectiva docente*. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2019.

PISA. *Brasil: resultados principais*. Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/pisa-2015-Brazil-PRT.pdf>. Acesso em 28 out. 2021.

RONDÔNIA. *Portaria nº 680/2016-GAB/SEDUC: Mediação Tecnológica*. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2016/07/portaria-680-2016-gab-seduc.pdf>. Acesso em 02 nov. 2021.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. São Paulo: Editores associados, 1993.

UNICEF. *Panorama da Distorção Idade-Série no Brasil*. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idade-serie_no_Brasil.pdf.